

humanitas

Vol. LVIII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LVIII • MMVI



DAS INCERTEZAS DA GUERRA À VISÃO PROFÉTICA DA PAZ NA OBRA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

ANÍBAL PINTO DE CASTRO
(Universidade de Coimbra)

Em Janeiro de 1650 estava D. Francisco Manuel de Melo preso na Torre de Belém, em situação de ânimo e de saúde bem pouco propícia a coisas de folgar! No entanto, em carta de 25 daquele mês, dirigida a D. João Pereira, sobre "causas (ou *cousas*?) familiares", dizia-lhe, a propósito do interesse que certa mulher tinha em fazer entrar ao serviço do destinatário um jovem seu protegido:

"Tem tanto amor a V. M., a boa da mulher, que, já que o não vai logo servir, quer que este moço lhe vá lá tomar lugar em casa de V. M., como quem manda lançar tapete de madrugada em S. Roque para ouvir o Padre Vieira"¹.

Não é abundante a correspondência com esta personagem, para mim ainda desconhecida, pois apenas sei de duas cartas que o infeliz prisioneiro da Torre Velha lhe dirigiu: esta, e outra, de 9 daquele mesmo mês.

Seja como for, a frase é por demais significativa da popularidade que o famoso Jesuíta alcançara em Lisboa, desde que, ali chegado da Bahia, em fins de Abril de 1641, subira pela primeira vez ao púlpito da Capela Real no primeiro dia de Janeiro de 1642, para pregar o célebre

¹ *Cartas familiares*. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 330.

Sermão dos bons anos, logo objecto de numerosas edições avulsas². Da sua intensa actividade concionatória durante aqueles quase dez anos, apesar das várias e demoradas ausências motivadas pelas missões diplomáticas de que se vira encarregado em França, na Holanda e em Roma, dá conta a excelente cronologia que para ela estabeleceu a minha saudosa e sábia colega, Maria Margarida Vieira Mendes³.

Seja como for, a sua actividade concionatória, então e depois, não se limitou ao campo religioso, do ensino das verdades da Fé ou da formação moral dos ouvintes segundo os ditames dessa vivência religiosa, até porque ela se via, com escandalosa frequência, postergada por toda uma sociedade em crise.

Estão ainda por estudar entre nós os aspectos sócio-culturais da actividade oratória na vida da sociedade luso-brasileira do Barroco, e não é esta por certo a oportunidade para traçar a metodologia e os caminhos dessa pesquisa, aliás urgente, como tantas outras entre nós. Mas pode, sem receio de grande contradita, afirmar-se que o sermão constituía parte indispensável de todas as manifestações que marcavam os vários passos do homem ao longo da vida terrena. Como já lembrei noutro lugar, os sermões eram parte integrante das cerimónias de profissão monástica, sobretudo de freiras, de sufrágios, entradas ou aniversários de pessoas de alta jerarquia, em especial de Reis e Príncipes, de preces ou festas gratulatórias por nascimentos, casamentos e outras ocasiões jubilares, públicas ou privadas, bem como por calamidades, a maior das quais era então determinada pelas vicissitudes da guerra da Restauração. E o púlpito convertia-se, com frequente facilidade, em tribuna de opinião política e social, em flagrante antecipação ao papel dos modernos meios de comunicação jornalística. Deste modo a pregação transformara-se pouco a pouco em manifestação mundana, onde todos, do plebeu ao nobre, da alcoviteira à dama, do frade ao cavaliço e ao soldado, acorriam a ouvir com deleite os jogos verbais e gestuais do pregador⁴.

² Cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. IX. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, pp. 203-204.

³ Vide *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 548-561.

⁴ Cf. Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, pp. 84-85.

Mais do que no anúncio ou explicação pedagógica da palavra de Deus, o sermão era claramente um fenómeno de índole teatral, não apenas no sentido intrínseco de "uma teatralização retórica da teologia política", como escreveu João Adolfo Hansen, a propósito do notável estudo de Alcir Pécora intitulado *Teatro do Sacramento*⁵, mas também, e sobretudo, como espectáculo cujas características de estilo, de conteúdos e de *representação* (ou *acção*, para me servir do termo retórico exacto) aproximavam perigosamente os púlpitos dos palcos, os pregadores dos actores e, por vezes, a tribuna dos mais complexos problemas que então agitavam a *res publica*.

E a guerra era um desses problemas capitais. As considerações que aqui deixo, pela sua própria brevidade, mais não pretendem do que constituir um enunciado programático e um convite para reflexão mais demorada.

Num passo do *Sermão histórico e panegírico* escrito, mas não pronunciado, para celebrar, na Capela Real, o aniversário da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, insere-se esta página que o tempo viria a canonizar como um primoroso trecho da antologia vieiriana:

“É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade pública composta de todas as calamidades, em que não há mal algum, que ou não se padeça, ou não se tema; nem bem que seja próprio e seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura a honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela; e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro”⁶.

Não falava Vieira de cor, pois longa e próxima tinha sido a sua vivência dos horrores da guerra, que em tão bela síntese enunciava!

⁵ Alcir Pécora, *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos Sermões de António Vieira*, São Paulo, ESDUSP, 1994, p. 15.

⁶ *Sermões* Prefaciados, revistos e anotados pelo Rev.^{do} Padre Gonçalo Anes. Porto, Lello Editores, 1959, T. XIV, p. 361.

Quando, criança ainda, Vieira chega à Bahia, já os europeus e autóctones lutavam com denodo pela recuperação do território daquele Estado que, com os do Maranhão, da Paraíba e de Pernambuco, tinha progressivamente caído ou ia caindo sob as armas dos Holandeses. Em 1624 sofrera os temores do cerco e do saque da cidade, levados a cabo sob o comando de Jacob Willekens; depois, em 1638, seguira angustiado o avanço das tropas neerlandesas comandadas por Maurício de Nassau, nas praias de Pernambuco, e vibrara com a recuperação da Cidade do Salvador, cujo cerco vivera, dando dele um quadro magnífico, na carta ânua terminada a 25 de Setembro de 1626⁷, ou evocando-o, ainda com maior veemência, em alguns sermões onde estão bem presentes traços dessa experiência, como o de *Santo António*, que pregou na Bahia, na igreja da sua invocação, “havendo os Holandeses levantado o sítio que tinham posto à cidade e assentado os seus quartéis e baterias em frente da mesma igreja”, ou o que em Maio ou Junho de 1640, pregou na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, “pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”, em cerimónia que encerrava 15 dias de preces públicas por aquela mesma intenção.

Como é sabido, em Abril de 1641, aporta Vieira ao Reino, em Peniche, para, com D. Fernando de Mascarenhas e o Padre Simão de Vasconcelos, trazerem a D. João IV a vassalagem dos Estados do Norte do Brasil. E, como não podia deixar de ser, logo se inteirou das primeiras vicissitudes da Guerra da Restauração que iria seguir, muitas vezes como activo interveniente diplomático, até que, em Janeiro de 1668 a paz se alcançou, com a Espanha de Filipe IV.

Mas a própria actividade civilizadora da colonização, que o Jesuíta bem conhecera graças à sua experiência de missionário, não estava isenta da actividade bélica, pois os missionários, nas entradas que faziam pelo sertão brasílico, tinham muitas vezes de recorrer à acção das armas, para se defenderem, para “reduzirem” as tribos de índios que queriam converter ou até para alimentarem a voracidade dos colonos que pretendiam por esse meio violento recrutar mão de obra barata para a exploração cúpida dos seus canaviais.

Significa isto que toda a sua vida decorreu em situações de conflito, por vezes violento, travado quantas vezes com o auxílio das armas do

⁷ Leiam-se as pp. 13-51 do vol. I das *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa, Imprensa Nacional, 1925.

raciocínio e da palavra, contra aqueles mesmos dos seus compatriotas que, surdos às suas invectivas e fechados à sua doutrina, o obrigavam a procurar auditórios mais atentos nos peixes do mar!

Mas Vieira pertencia a uma Ordem Religiosa que, embora concebida como uma espécie de milícia de Cristo, pugnava, apenas apoiada nas armas do espírito, pela batalha travada em ordem à instauração do Reino de Cristo na Terra, não lhe sendo lícito, por isso, apostar no aço das que matavam e feriam. E de novo se punha a questão ética, filosófica e teológica do conflito entre a tranquila justiça da paz e a cruel injustiça da guerra! Era a discutida questão do *bellum justum* que, sobretudo no que dizia respeito às conquistas americanas, Vieira bem conhecia através das posições de Fr. Bartolomé de las Casas no *De Regia Potestate* (Sevilha, 1525), e da controvérsia do autor com Fr. Bartolomé Carranza de Miranda⁸, sem a ignorar, mesmo quando a aplicava à guerra da Restauração, como se pode ver no *Parecer sobre o modo se fazer a guerra a Castela*, elaborado a 10 de Janeiro de 1644⁹. Além de que importa não esquecer que, tanto nas ideias como nas posições assumidas em muitas das suas intervenções públicas, nem sempre a sua virtude principal era a coerência, ou melhor, era frequente que mudasse de opinião segundo as circunstâncias do momento.

Tal não significa todavia que, no seu pensamento, como na sua palavra, a guerra não estivesse sempre ao serviço da paz, na linha do velho aforismo latino *si vis pacem para bellum*. Ou, por outro lado, que a verdadeira paz que procurava e ensinava aos seus ouvintes não fosse a paz interior, directamente nascida da tranquilidade da consciência moral e da obediência religiosa aos mandamentos divinos. Por todas estas razões do contexto da sua época e do foro da sua própria vida de permanente *homo viator*, pelas selvas brasílicas ou nos palácios dos grandes do Mundo, não será, pois, de admirar que a guerra seja um tema

⁸ Vejam-se, em especial, *De regia potestate: o derecho de autodeterminación*. Ed. Crítica bilingüe por Luciano Pereña (et alii) Madrid, C. S. I. C., 1969; e *Barthélémy de las Casas: l'Évangile et la force*. Présentation, choix de texts et trad. par Marianne Mahn-Lot. Paris, Cerf. 1964. E ainda J. I. Tellechea Idígoras, *Las Casas y Carranza. Fe y utopia*, in "Revista de Occidente", n.º 141, 1974, pp. 403-427.

⁹ Veja-se o respectivo texto em *Obras várias do Padre António Vieira*. - Lisboa: Edits., J.M.C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856-1857, vol. II.

tão presente em toda a sua obra, seja nos sermões, seja nas cartas ou em escritos de outra natureza.

Vejamus então um pouco mais de perto algumas ocorrências do tema, os contornos com que os considerou e as marcas de qualidade estética que deixou na eternidade brônzea do seu verbo.

No cerco, entrada e reconquista da Bahia, em que participou com escassos 18 anos, viveu Vieira dias e semanas de angustiosa ansiedade, durante as quais a sua condição de português intrinsecamente se fundiu com sua fé e o seu múnus de religioso. Daí a veemência com que no *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, ele não hesite em increpar violentamente o Santíssimo Sacramento solenemente exposto, numa atitude de quase desafio que o seu verbo exprime em arroubos de maravilha:

“Tirais [...] o Brasil aos Portugueses, que assim estas terras vastíssimas, como as remotíssimas do Oriente, as conquistaram à custa de tantas vidas e tanto sangue, mais por dilatar Vosso nome e Vossa fé (que esse era o zelo daqueles cristianíssimos reis), que por amplificar e estender seu império. Assim fostes servido que entrássemos nestes novos mundos, tão honrada e tão gloriosamente, e assim permitis que saíamos agora (quem tal imaginara de Vossa bondade!) com tanta afronta e tanta ignomínia! Oh, como receio que não falte quem diga o que diziam os Egípcios: *Callide eduxit eos, ut interficeret et deleret e terra* [...] Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastámos os ventos e as tempestades com tanto arrojio, que apenas há baixio no oceano que não esteja infamado com miserabilíssimos naufrágios de portugueses? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças, depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias desertas sem sepultura, ou sepultados nas entranhas dos alarves, das feras, dos peixes, que as terras que assim ganhámos, as hajamos de perder assim! Oh, quanto melhor fora nunca conseguir nem intentar tais empresas!

[...] deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora lançais de Vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais [...] Holanda Vos dará os apostólicos conquistadores, que levam pelo Mundo os estandartes da Cruz; Holanda Vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica, e a reguem com o

próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de Vossos Sacramentos, e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de Vosso Santíssimo Corpo; Holanda, enfim, Vos servirá e venerará tão religiosamente como em Amsterdão, Midelburgo e Flissinga, e em todas as colónias daquele frio e alagado inferno, se está fazendo todos os dias”¹⁰.

Se do Brasil passarmos ao Reino, fácil se torna concluir que a visão vieiriana da guerra, centrada embora na convicção de que a Restauração era obra de Deus, se enquadrava perfeitamente no conspecto mais vasto da Europa, toda ela envolvida ainda na Guerra dos Trinta Anos. Veja-se a comprová-lo este passo do *Sermão pelo bom sucesso de nossas armas, tendo el-rei D. João o IV passado a além-Tejo*, pregado na Capela Real em 1645, também perante o Santíssimo Sacramento exposto:

“Oh, que grande peso de conseqüências se abala hoje com o nosso exército! O respeito dos inimigos, a inclinação dos neutrais, a firmeza dos aliados, tudo isto está hoje tremulando nas nossas bandeiras: *Spectaculum facti sumus mundo*: a batalha será nos campos de Badajoz; o sucesso está suspendendo os olhos e as atenções de todo o mundo. Roma, Holanda, Castela, França, todos estão à mira com a mesma atenção, posto que com intentos diversos. Roma, se há-de receber; Holanda, se há-de quebrar; Castela, se há-de desistir; e até França, em cujo amor e firmeza não pode haver dúvida, está suspensa com os sobressaltos de amiga e interessada, que ainda que não façam mudança no coração, causam alteração no cuidado. A Dieta de Alemanha não é a que menos observa este sucesso, para fundar os respetos de suas resoluções, que por mais que o nosso direito seja tão evidente, e a nossa causa tão justa, os reinos, não os pesa a justiça na balança, mede-os na espada”¹¹.

A guerra de Portugal volvia-se obra de Deus:

Os soldados e capitães que defendiam a terra portuguesa agiam em cumprimento do pacto que Deus estabelecera com eles e só daquele “Divino Escudo que levavam dentro do peito esperavam a fortaleza e o valor. Eram soldados de Cristo e d’Ele era o Reino por que pelejavam”¹²!

¹⁰ *Sermões*, ed. cit., vol. XIV, pp. 309-312.

¹¹ *Ib.*, pp. 330-331.

¹² *Ib.*, p. 356.

À medida que se aproximava o fim das hostilidades, nem por isso Vieira deixava de dar os seus alvites para a manutenção e reforço dos meios da guerra, sobretudo através da aturada correspondência com algumas das figuras mais em evidência no palco da política portuguesa, como D. Teodósio de Melo, irmão do Duque de Cadaval, D. Rodrigo de Meneses e Duarte Ribeiro de Macedo¹³; e fazia-o por vezes com tal acerto que parecia para isso trocar a humilde roupeta do Jesuíta pela armadura de algum general investido no comando de tropas. Assim, em carta a D. Teodósio de Melo enviada de Coimbra, a 26 de Junho de 1665, escrevia:

“Ainda estamos em Junho, e há dois meses para a campanha do mar, e não me persuado que haja de baldar o inimigo um tão grande empenho. Agora é que eu o havia de começar, e fazer maior e melhor exército; e este é o que devia fazer a boa paz, e depois de boa guerra, e divertir a do mar com a terra, prevenindo mui bem as costas, principalmente a do Algarve...”¹⁴

Esta preocupação de um conflito alargado a toda a Europa vai encontrar um excelente posto de observação durante a longa estadia que fez em Roma, entre 1669 e 1675, como se pode ver pela copiosíssima correspondência que troca com aquelas figuras e outras como os Marqueses de Gouveia e das Minas, que lhe assegurava um domínio perfeito de toda a diplomacia do tempo nos pontos capitais da Europa que mais interessavam à política portuguesa: Paris, Madrid e Londres.

Fundando embora a sua visão da guerra na luta que, na História Sagrada, levava o Povo Escolhido a defrontar, de armas na mão e com o auxílio divino, os seus inimigos, Vieira apontava já claramente para a sua visionária concepção do Quinto Império que a *História da Futuro* havia de estabelecer na terra sob o Primado do Papa, Vigário de Cristo, e com o apoio terreno do Rei de Portugal, numa paz eterna de concórdia e de amor. Vemos assim que, sem rejeitar a guerra, Vieira a considera um mal necessário e apenas defensável para alcançar a paz universal.

Mas para atingir essa meta tornava-se imprescindível que a paz entre os povos não se limitasse a uma garantia baseada na maior força das armas. Tinha igualmente de assentar, e com não menor solidez, numa

¹³ Veja-se, a propósito deste último, Ana Maria Homem Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo, um diplomata moderno. 1618-1680*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2005, em especial a Parte III, pp. 505-780.

¹⁴ *Cartas*, vol. II, p. 183.

paz que brotasse, espontânea e forte, da consciência e da acção de cada homem. Daí a guerra que, por todos os modos ao seu alcance, move à desenfreada cupidez dos colonos, à corrupção dos quadros públicos, à venalidade dos políticos, às complicações formalistas dos diplomatas e à ambição iníqua de quantos eram investidos na governação da *res publica*.

Por isso a paz era uma construção tão frágil e movediça! Por isso, algo desencantado, afirmava no já citado Sermão aos anos da Rainha D. Maria Francisca de Sabóia:

“Que de tempos costuma gastar o mundo não digo no ajustamento de qualquer ponto de uma paz, mas só em registar e compor os cerimoniais dela! Tratados preliminares lhe chamam os políticos, mas quantos degraus se hão-de subir e descer, quantas guardas se hão-de romper e conquistar, antes de chegar às portas da Paz, para que se fechem as de Jano? E depois de aceites com tanto exame de cláusulas as plenipotências; depois de assentadas com tantos ciúmes de autoridade as juntas; depois de aberto o passo às que chamam conferências, e se haviam de chamar diferenças; que tempos e que eternidades são necessárias para compor os intrincados e porfiados combates que ali se levantam de novo! Cada proposta é um pleito, cada dúvida uma dilação, cada conveniência uma discórdia, cada razão uma dificuldade, cada interesse um impossível, cada praça uma conquista, cada capítulo e cada cláusula dele uma batalha. Em cada palmo de terra encalha a paz, em cada gota de mar se afoga, em cada átomo de ar se suspende e pára. Os avisos e as postas a correr e cruzar os reinos, e a paz muitos anos sem dar um passo.”¹⁵

E por isso também, com progressivo sentido escatológico, vai visionando uma paz que, sob o exclusivo domínio espiritual da Igreja e a organização humana do Rei de Portugal, instaurasse o reinado de Cristo na Terra.

Se a magnitude de um projecto que só o idealismo da Fé podia conceber, mas não executar, fez dele um mistério que nenhuma *Clavis Prophetarum* permitiria abrir na “história do futuro” da Humanidade, sempre em guerra consigo própria, nem por isso deixa de oferecer uma expressão genial ao sonho de um todo, no qual Portugal e o Brasil eram já, pelas dores e sacrifícios da guerra, as melhores garantias da paz.

¹⁵ *Sermões*, vol. XIV, p. 366.